

Carta Eletrônica de Conjuntura Econômica

Ano 2, Número 19, agosto de 2005.

Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - CEPE

cepe@unisc.br

.....EDITORIAL

Prezados leitores: nesta edição de agosto estamos enviando a Carta na segunda-feira ao invés da tradicional sexta-feira, tendo em vista que esta foi uma sexta-feira 13. Do mês de agosto! Não que nos preocupemos com isto: até nem acreditamos em bruxas, pero que las hay, las hay! E a prudência, assim como no Banco Central, falou mais alto!

Brincadeiras à parte, contratemplos de última hora nos atrasaram e não conseguimos cumprir com nossa programação. Pelo contrário, o Dia do Economista é comemorado em 13 de agosto, data da regulamentação da profissão no longínquo ano de 1951 e assim não temos ressalva alguma quanto à data. Pelo contrário, para a equipe da Carta é motivo de festa e orgulho.

Mas a ressalva quanto à prudência pode ser mantida com relação a outros aspectos - notadamente com relação à política econômica. Poderíamos ressaltar isto tanto com relação ao comportamento do BC - ao que tudo indica a taxa SELIC deve mesmo se manter no patamar de 16 % indefinidamente ou, pelo menos, até que surja algum fato novo no front externo e que justifique maior otimismo - quanto com relação às projeções de crescimento do PIB para o ano de 2004. Embora alguns indicadores já demonstrem que 2004 não será um ano perdido - vide o crescimento do emprego formal - ainda é cedo para comemorar qualquer vitória. Exemplo disto é o comportamento dos índices de preço, que se aproximam da meta estabelecida pelo BC para o ano, muito em função do impacto dos reajustes de tarifas como energia elétrica e telefonia fixa.

Mas também temos motivos para comemorar. O saldo da balança comercial sem dúvida é dos mais importantes. Por um lado, representa o esforço que o setor privado faz para alcançar novos mercados - embora muitas vezes premido pela baixa renda dos brasileiros - e, com isto, amplia o emprego e a renda internamente. Por outro lado, isto reduz nossa dependência de recursos do exterior que não tem maiores compromissos com o país. Contrariamente aos que apregoam a necessidade de déficit externo - ou seja, absorção de poupança do exterior - para financiar o crescimento do país, acreditamos que a recuperação da capacidade de geração de divisas pelo país é meio mais seguro para garantir o crescimento sustentado.

Bem, este e outros assuntos são abordados nesta edição pelos nossos articulistas. Sempre desejando uma boa leitura, esperamos as críticas e sugestões para nosso endereço eletrônico.

....:SUMÁRIO

- ◆ CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM SANTA CRUZ DO SUL 29 DE JULHO DE 2004.
- ◆ CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 29 DE JULHO DE 2004.
- ◆ PODEREMOS TER SURPRESAS...
- ◆ A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL.
- ◆ DIA DO ECONOMISTA.
- ◆ A IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO AGRONEGÓCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.

**CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM
SANTA CRUZ DO SUL, 29 DE JULHO DE 2004.**

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em Santa Cruz do Sul foi de 1,08 % no período de 1º a 29 de julho de 2004, passando de R\$ 450,05 para R\$ 454,90.

Por grupo de despesa, os produtos de Higiene Pessoal apresentaram redução da ordem de 0,07 %, a Alimentação no Domicílio aumentou em 1,02 % e os produtos de Limpeza Doméstica aumentaram em 0,13 %.

Dos 60 produtos pesquisados, 36 tiveram elevação de preço neste período, 21 reduziram o preço e 03 permaneceram estáveis. As maiores contribuições para a elevação do custo do Cesto Básico foram do Fermento (contribuição de 0,19 %) e da Cebola (contribuição de 0,14 %). Entre os produtos que mais contribuíram para a segurar a elevação do custo do Cesto Básico destacam-se a Carne de Frango (contribuição de – 0,17 %) e a Carne Bovina (contribuição de – 0,09 %).

O custo do Cesto de Produtos Básicos aumentou 4,94 % no ano de 2004 e, em comparação com o custo vigente em 30 de julho de 2003, o custo do Cesto aumentou 8,8 % nos últimos doze meses.

Os produtos utilizados para composição do Cesto Básico referem-se a um conjunto de produtos mais consumidos, obtidos a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UNISC junto à famílias com renda familiar inferior a 10 salários mínimos em Santa Cruz do Sul.

**[Veja o resultado do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em
Santa Cruz do Sul em 29 DE JULHO DE 2004.](#)**

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	01/Jul	2004	29/Jul	2004	VAR. %	CONTRI- BUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
Grupo: Higiene Pessoal								
01. Absorventes	pct/10	0,72	2,2775	1,6398	1,9358	1,3938	-15,0018	-0,0547
02. Desodorante	90 ml	1,35	2,4210	3,2684	2,4164	3,2622	-0,1888	-0,0014
03. Lam. Barbear	unid	2,08	0,9579	1,9923	0,9592	1,9951	0,1367	0,0006
04. Papel Higiênico	rolo	7,74	0,5310	4,1099	0,5581	4,3199	5,1083	0,0466
05. Pasta Dental	90 g	1,44	1,7520	2,5229	1,7530	2,5243	0,0571	0,0003
06. Sabonete	90 g	4,24	0,8610	3,6506	0,8167	3,4627	-5,1491	-0,0418
07. Shampoo	500 ml	0,73	5,2456	3,8293	5,1367	3,7498	-2,0758	-0,0177
Total / variação grupo:				21,0132		20,7077	-0,0679	
Grupo: Alimentação no Domicílio								
01. Aipim	kg	2,58	0,8150	2,1027	0,8475	2,1866	3,9877	0,0186
02. Alface	pé	3,66	0,7567	2,7694	0,7375	2,6993	-2,5330	-0,0156
03. Arroz	2 kg	4,79	4,5250	21,6748	4,6188	22,1238	2,0718	0,0998
04. Açúcar	2 kg	4,1	1,9840	8,1344	1,9920	8,1672	0,4032	0,0073
05. Banana	kg	3,19	1,3900	4,4341	1,4286	4,5571	2,7749	0,0273
06. Banha	kg	1,62	3,9533	6,4044	4,2533	6,8904	7,5885	0,1080
07. Batata Doce	kg	1,37	1,1375	1,5584	1,1875	1,6269	4,3956	0,0152
08. Batata Inglesa	kg	7,53	1,3533	10,1906	1,4367	10,8181	6,1576	0,1394
09. Beterraba	kg	1,53	1,1433	1,7493	1,3025	1,9928	13,9213	0,0541
10. Biscoitos	500 g	2,22	2,3282	5,1686	2,2590	5,0150	-2,9715	-0,0341
11. Café Moído	500 g	1,08	4,6214	4,9911	4,5157	4,8770	-2,2875	-0,0254
12. Carne Bovina	kg	8,53	5,7136	48,7373	5,6658	48,3296	-0,8366	-0,0906
13. Carne Frango	kg	5,96	3,3400	19,9064	3,2067	19,1117	-3,9920	-0,1766
14. Carne Suína	kg	1,98	8,1240	16,0855	8,3000	16,4340	2,1664	0,0774
15. Cebola	kg	2,33	2,3833	5,5532	2,6700	6,2211	12,0280	0,1484
16. Cenoura	kg	1,73	1,4050	2,4307	1,3150	2,2750	-6,4057	-0,0346
17. Cerveja	grf	4,29	1,5662	6,7188	1,5862	6,8046	1,2770	0,0191
18. Cigarros	maço	15,26	2,3000	35,0980	2,3000	35,0980	0,0000	0,0000
19. Erva Mate	kg	2,55	2,4667	6,2900	2,6060	6,6453	5,6486	0,0789
20. Extrato de Tomate	370 g	1,21	1,7867	2,1619	1,7313	2,0948	-3,1017	-0,0149
21. Farinha de Mandioca	kg	0,34	2,0633	0,7015	3,8333	1,3033	85,7835	0,1337
22. Farinha Trigo	kg	7,89	1,5238	12,0224	1,5789	12,4574	3,6186	0,0967
23. Feijão Preto	kg	3,53	2,3750	8,3838	2,2514	7,9475	-5,2030	-0,0969
24. Fermento	100 g	2,94	3,2240	9,4786	3,5271	10,3698	9,4027	0,1980
25. Fósforos	pct/10	0,88	1,8271	1,6079	1,8814	1,6557	2,9711	0,0106
26. Gás de Bujão	13 kg	0,96	32,0000	30,7200	32,0000	30,7200	0,0000	0,0000
27. Laranja	dz	2,87	1,5390	4,4169	1,4963	4,2942	-2,7778	-0,0273
28. Leite Tipo C	l	22,8	1,3750	31,3500	1,3808	31,4815	0,4196	0,0292
29. Lingüiça	kg	0,68	13,0860	8,8985	13,4860	9,1705	3,0567	0,0604
30. Maizena	500 g	0,51	2,6071	1,3296	2,6886	1,3712	3,1233	0,0092
31. Margarina	250 g	3,66	1,4012	5,1283	1,4138	5,1746	0,9026	0,0103
32. Massas	500 g	2,83	2,0330	5,7534	1,9664	5,5648	-3,2777	-0,0419
33. Maçã	unid	3,7	0,3918	1,4497	0,3881	1,4359	-0,9481	-0,0031
34. Nata	kg	0,48	5,3075	2,5476	5,0345	2,4166	-5,1428	-0,0291
35. Nescau	500 g	0,8	3,9114	3,1291	3,8971	3,1177	-0,3652	-0,0025
36. Ovos	dz	3,84	2,6440	10,1530	2,7020	10,3757	2,1936	0,0495
37. Pipocas	500 g	0,76	1,8314	1,3919	2,0125	1,5295	9,8869	0,0306
38. Pão Francês	500 g	10,67	2,4867	26,5327	2,4867	26,5327	0,0000	0,0000
39. Refrigerante	l	6,55	0,9063	5,9359	0,9359	6,1302	3,2727	0,0432
40. Repolho	kg	2,03	0,8900	1,8067	0,8725	1,7712	-1,9663	-0,0079
41. Sagú	500 g	0,49	2,2250	1,0903	2,5120	1,2309	12,8989	0,0312
42. Sal	kg	1,75	0,6367	1,1142	0,6771	1,1850	6,3575	0,0157
43. Tomate	kg	2,29	2,9514	6,7588	3,1283	7,1639	5,9939	0,0900
44. Vinagre	grf	1,39	0,9380	1,3038	0,9667	1,3437	3,0561	0,0089
45. Óleo de Soja	900 ml	3,15	2,9591	9,3211	2,9658	9,3424	0,2279	0,0047
Total / variação grupo:				404,4851		409,0541	1,0152	
Grupo: Limpeza Doméstica								
01. Alvejantes	l	0,67	1,4667	0,9827	1,4500	0,9715	-1,1364	-0,0025
02. Bombril	pct/8	1,52	0,9757	1,4831	1,0133	1,5403	3,8555	0,0127
03. Cera de Assoalho	450 g	0,78	7,6575	5,9729	7,9700	6,2166	4,0810	0,0542
04. Detergente / Desinfetante	500 ml	1,9	1,5225	2,8928	1,4942	2,8389	-1,8610	-0,0120
05. Esfregão de Aço	unid	0,52	0,5383	0,2799	0,5525	0,2873	2,6316	0,0016
06. Sabão em Barra	500 g	4,05	1,2165	4,9268	1,2151	4,9211	-0,1170	-0,0013
07. Sabão em Pó	800 g	1,08	5,9118	6,3848	6,0517	6,5358	2,3656	0,0336
08. Vassoura de palha	unid	0,23	7,1150	1,6365	7,9800	1,8354	12,1574	0,0442
Total / variação grupo:				24,5593		25,1468	0,1305	
CUSTO TOTAL				450,0576		454,9086		1,0779
VARIAÇÃO						1,0779		

CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 29 DE JULHO DE 2004

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo da Cesta Básica Nacional em Santa Cruz do Sul foi de 1,36 % no período de 1º a 29 de julho de 2004, passando de R\$ 139,27 para R\$ 141,16.

Dos 13 produtos pesquisados, 03 tiveram redução de preço neste período, 01 permaneceu estável e 09 apresentaram elevação. Assim como nos levantamentos de abril, maio e junho, a maior contribuição para a elevação do custo da Cesta Básica Nacional foi do Tomate (contribuição de 1,14 %), seguido da Batata Inglesa (contribuição de 0,35 %). Os produtos que contribuíram para segurar a elevação da Cesta Nacional foram o Feijão Preto (contribuição de – 0,39 %), a Carne Bovina (contribuição de – 0,23 %) e o Café Moído (contribuição de – 0,09 %). Somente o Pão Francês manteve o preço estável no período.

Ao longo do ano de 2004 a Cesta Básica Nacional já aumentou 9,09 % em Santa Cruz do Sul e, comparando-se com o custo vigente em 30 de julho de 2003, o aumento da Cesta Básica Nacional já alcançou 15,23 %.

Conforme o levantamento do DIEESE para o mês de julho de 2004, Porto Alegre continuou, pelo terceiro mês consecutivo, com o maior custo da Cesta Básica, com um custo total de R\$ 181,83.

A partir do custo da Cesta Básica Nacional é possível calcular o número de horas necessárias para sua aquisição por um trabalhador que receba um salário mínimo mensal. Com o custo verificado em Santa Cruz do Sul são necessárias 119,44 horas para a aquisição destes 13 produtos.

Da mesma forma, a partir dos gastos com alimentação é possível estimar-se o salário mínimo necessário para o atendimento das necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Seguindo a mesma metodologia utilizada pelo DIEESE, o valor para o mês de julho de 2004 alcançou R\$ 1.176,99 para uma família composta por dois adultos e duas crianças.

A Cesta Básica Nacional relaciona um conjunto de alimentos que seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador adulto ao longo de um mês, tomando como base o Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que regulamenta a Lei n.º 185 de 14 de janeiro de 1936 – da instituição do Salário Mínimo no Brasil. Este Decreto estabelece que o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

**Veja o resultado do custo da Cesta Básica Nacional em
Santa Cruz do Sul, em 29 DE JULHO DE 2004.**

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE

CUSTO DA CESTA BÁSICA NACIONAL

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	01/Jul	2004	29/Jul	2004	VAR. %	CONTRI- BUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
01. Arroz	2 kg	1,5	4,5250	6,7875	4,6188	6,9281	2,0718	0,1010
02. Açúcar	2 kg	1,5	1,9840	2,9760	1,9920	2,9880	0,4032	0,0086
03. Banana	kg	6,3	1,3900	8,7570	1,4286	9,0000	2,7749	0,1745
04. Banha	kg	0,9	3,9533	3,5580	4,2533	3,8280	7,5885	0,1939
05. Batata Inglesa	kg	6	1,3533	8,1200	1,4367	8,6200	6,1576	0,3590
06. Café Moído	500 g	1,2	4,6214	5,5457	4,5157	5,4189	-2,2875	-0,0911
07. Carne Bovina	kg	6,6	5,7136	37,7100	5,6658	37,3945	-0,8366	-0,2265
08. Farinha Trigo	kg	1,5	1,5238	2,2856	1,5789	2,3683	3,6186	0,0594
09. Feijão Preto	kg	4,5	2,3750	10,6875	2,2514	10,1314	-5,2030	-0,3993
10. Leite Natural	l	7,5	1,3750	10,3125	1,3808	10,3558	0,4196	0,0311
11. Margarina	kg	0,75	1,4012	1,0509	1,4138	1,0604	0,9026	0,0068
12. Pão Francês	500 g	6	2,4867	14,9200	2,4867	14,9200	0,0000	0,0000
13. Tomate	kg	9	2,9514	26,5629	3,1283	28,1550	5,9939	1,1432
CUSTO TOTAL				139,2736		141,1684		1,3605
VARIAÇÃO						1,3605		

PODEREMOS TER SURPRESAS...

André Carraro acarraro@unisc.br

A economia brasileira tinha boas notícias para registrar um ótimo desempenho econômico no mês de julho, porém os indicadores financeiros reagiram desconfiados com o futuro da economia. Por que será?

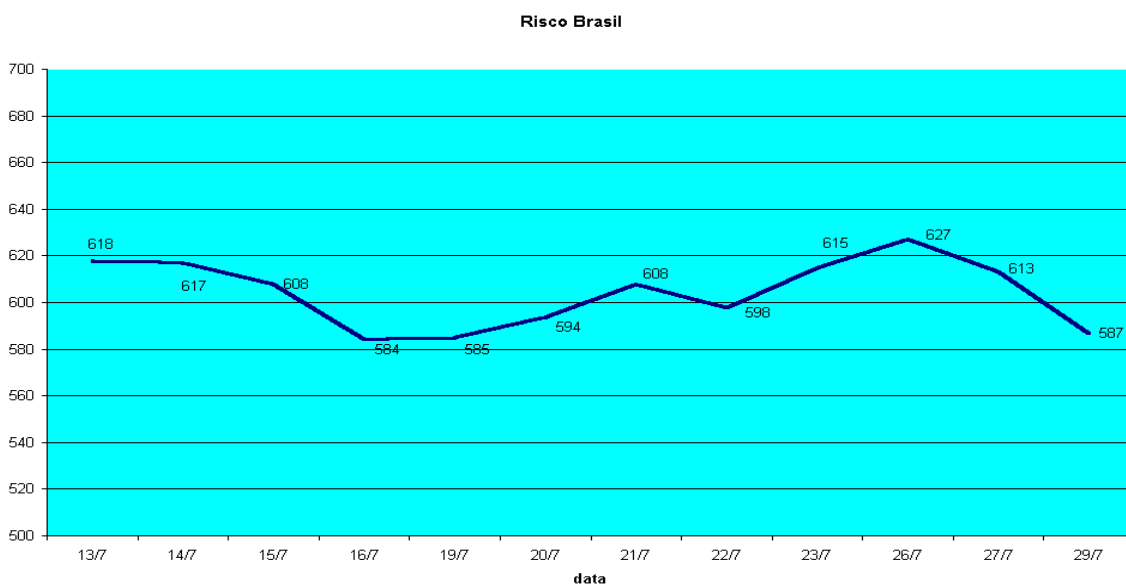
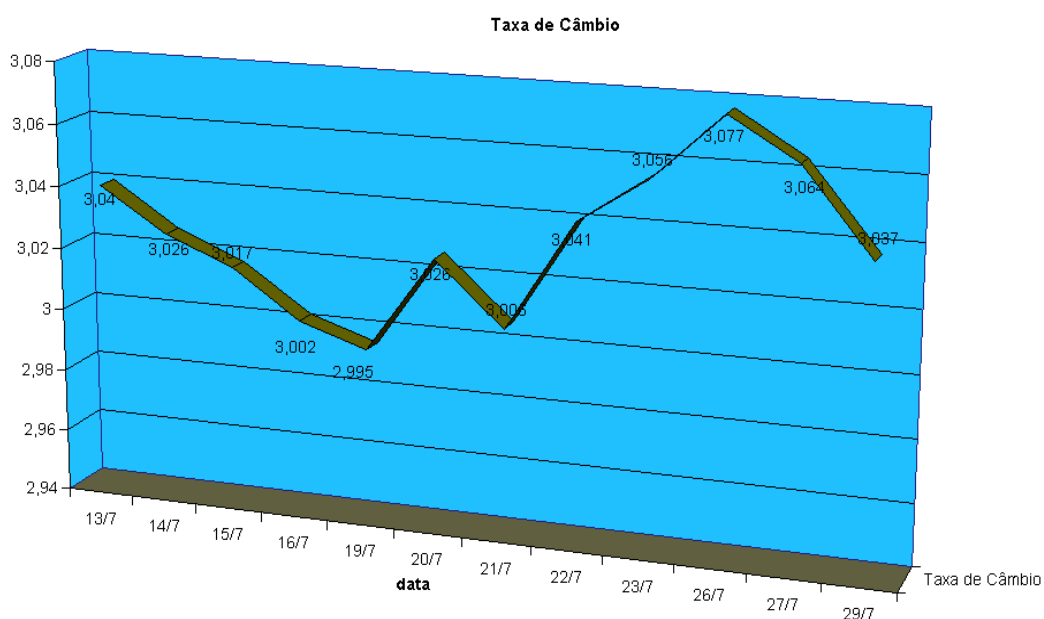
Se olharmos para nossa balança comercial veremos um excelente desempenho em Julho. O saldo acumulado no mês chegou a US\$ 2,6 bilhões e no ano já estamos com um superávit comercial de US\$ 17,6 bilhões. Comparado com o mesmo período de 2003, nossas exportações já são 31% maiores, chegando à casa dos US\$ 50 bilhões. Esse resultado permite até sonhar com a meta de exportarmos US\$ 100 bilhões, uma marca já há muito desejada pelo governo brasileiro. Mais do que isso, esse superávit comercial indica a entrada de dólares, moeda internacional que abastece nossas reservas internacionais de divisas, aumentando a oferta e segurando a cotação do câmbio na casa dos R\$ 3,00 / US\$ 1,00.

Não bastasse isso, a entrada em grande volume de dólares deveria dar ao país uma maior confiança para que investidores internacionais interpretassem este resultado como um sinal que a economia brasileira é, ou pelo menos possui nichos, competitiva em termos internacionais e, portanto, confiável para novos investimentos. Aqui, meu leitor, começa o quebra-cabeça. A taxa de risco-país mostrou não estar disposta a ceder aos bons resultados verificados em julho, avaliando o Brasil na casa dos 600 pontos e ainda afugentando um maior volume de recursos internacionais. Olhando para o Índice da IBOVESPA nota-se que os negócios realizados ao longo do mês valorizaram as ações em torno da casa dos 21 mil pontos, mostrando uma certa estabilidade, mas também um certo receio pelos próximos meses.

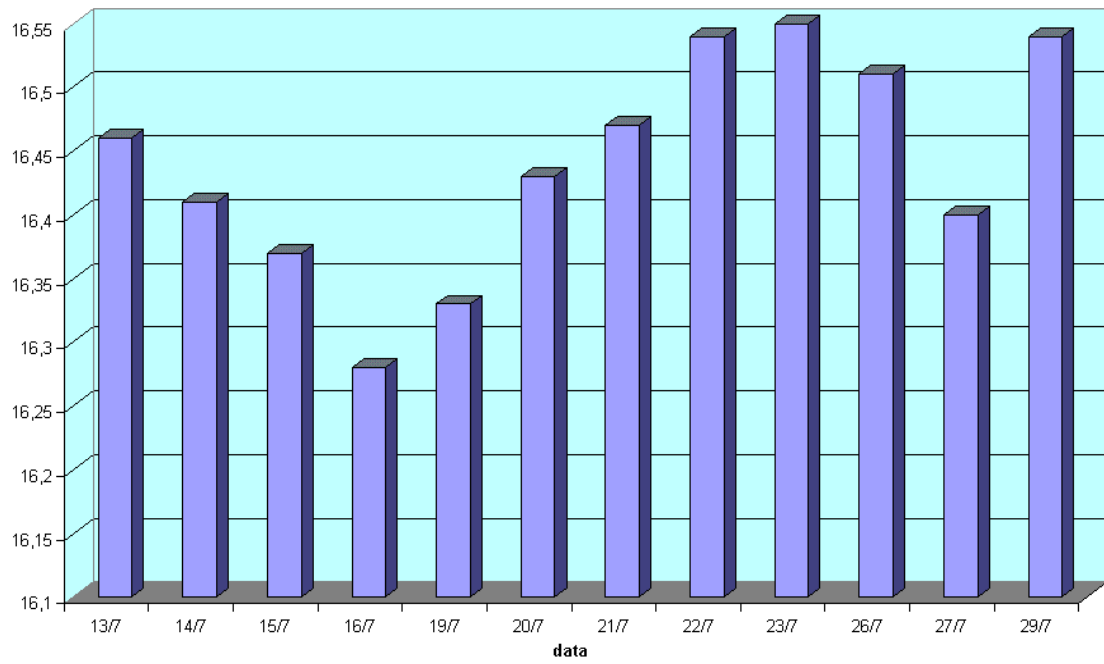
A resposta para este quebra-cabeça está em dois pontos-chaves que podem prejudicar os resultados para os próximos meses. O primeiro fator negativo de destaque no mês de julho é a disputa comercial entre Brasil e Argentina. Não é absurdo supor que o excelente desempenho brasileiro nas exportações pode estar despertando interesses em grupos nacionais (da Argentina) que se sentem prejudicados pela importação de produtos brasileiros (lembro também do caso da exportação de soja) o que pode gerar uma demanda política por práticas protecionistas como uma forma de criar barreiras à entrada de produtos brasileiros. Com maiores barreiras, a indústria nacional teria uma certa dificuldade de repetir no segundo semestre o excelente desempenho obtido neste primeiro semestre.

O segundo fator negativo está no preço do petróleo. O crescimento da economia americana já aqueceu o mercado internacional de petróleo, o que, somado com as constantes ameaças no Oriente Médio, fez com que o preço do petróleo esteja sinalizando para uma provável inflação de custos. Ora, o petróleo ainda é uma das principais matérias-primas utilizadas pela indústria mundial e um aumento no seu preço provocaria uma propagação por todo o sistema produtivo, aumentando os custos produtivos e gerando uma elevação geral de preços.

O Banco Central brasileiro já deu diversas demonstrações de não estar disposto a tolerar um maior índice de preços em troca de um maior crescimento econômico. Neste caso, a pressão provocada pela elevação no preço internacional do petróleo pode mudar o nível da taxa SELIC para o segundo semestre. Esta mudança viria da conclusão dos policy-makers do Banco Central que o cumprimento da meta inflacionária para 2004 e 2005 estaria comprometido mantida a atual taxa de juros, sendo necessária a sua elevação. O mercado financeiro de títulos que vencem em janeiro de 2005 já está elevando a taxa de juros para 16,50%, apostando na necessidade de elevar os juros para combater uma inflação de custos. Como em um jogo de futebol, está apenas iniciando o segundo tempo e tudo pode acontecer. Por isso não contem como “favas contadas” o crescimento econômico deste ano.



Juros Futuro - Janeiro 2005



A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL.

Túlio Marques Jr. marquesjr@ppge1.ppge.ufrgs.br

A questão da qualidade das instituições e o crescimento econômico rendeu um Prêmio Nobel a Douglas North. Porém, essa discussão só começou a ganhar força no Brasil recentemente, quando ficou claro que o crescimento sustentável está ameaçado pelos problemas de infra-estrutura e da qualidade das relações legais. Um dos grandes contribuintes para o desenvolvimento do tema tem sido o professor Armando Castelar Pinheiro do IPEA.

Mas afinal, por que instituições diferentes podem incentivar ou não o crescimento e o desenvolvimento¹ de um país? Porque instituições com características distintas produzem custos de transação e incentivos distintos para os agentes econômicos. Apesar de não ser medido em dinheiro, a burocracia em torno da transferência de um imóvel leva à perda de tempo, oportunidade e encarece a transação. Excesso de burocracia traduz-se em maiores custos de transação na economia, prejudicando o crescimento.

Nesse caso, os incentivos atuam de maneira a incentivar a retirada de recursos humanos e materiais que poderiam produzir bens e serviços e desviá-los para atividades de controle, sonegação de renda e informações, contenciosos judiciais, etc. Dependendo do tipo de regulação institucional, deixa de haver estímulo à atividade produtiva. Por exemplo, quando há a possibilidade do Estado arrecadar 40% de tudo que é produzido ou quando ele pode descumprir contratos, modificar arbitrariamente leis. Esse último fato cria insegurança institucional, um maior conservadorismo na hora de investir e custos para monitorar as ações do Estado e cumprir leis.

A grande discussão a que o atual governo se propõe para alavancar o crescimento gravita em torno do incentivo ao investimento (PPP, marco regulatório, desoneração de imposto para investimentos). A nosso ver, isso é apenas parte da agenda que deveria ser implementada.

A tradição legislativa brasileira de origem portuguesa, baseada no direito civil romano, privilegia as razões de Estado em detrimento dos direitos dos cidadãos. Essa prática criou toda uma cultura em que o meio (Estado) é mais importante que o fim (cidadão). Exemplo disso é a possibilidade do governo editar uma medida provisória ou portaria por dia, deixando ao cidadão o ônus de atualizar-se ou ser punido. Em processo tributários, o cidadão tem de recorrer primeiro administrativamente. Nesses casos, quem fiscalizou é quem julga o recurso.

Nos casos em que o agente do Estado age de má fé contra o cidadão (multa de trânsito) é muito difícil ao prejudicado processar diretamente o infrator. O apenado tem de recorrer ao Estado para obter reparação e esse – se quiser – abrir processo administrativo contra o servidor público. Tal instituto possibilita a implantação de estratégias de aumento de arrecadação, intimidação e perseguição política. Em muitos casos, o cidadão, que deveria ser o centro da atenção, torna-se o servo do Leviatã e o agente público seu vassalo.

Não é preciso provar que todas essas instituições e práticas desincentivam a livre negociação – em que indivíduos autônomos buscam o que julgam melhor para si; desviam o empreendedorismo, a imaginação e a criatividade; e, por consequência, desincentivam o crescimento e o desenvolvimento econômico.

O Nobel de Douglas North ocorreu porque ele demonstrou que países com instituições estáveis, com liberdade de ação, onde a atuação do Estado é estritamente regulada e os cidadãos são intolerantes contra a supressão de seus direitos, a quebra de contratos e a omissão do administrador público, são países em que a taxa de crescimento é consistentemente maior que os demais ao longo do tempo.

Já no Brasil, notícia recente de um grande jornal dá conta de que a União é quem mais sofre processos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a Caixa Econômica Federal quem mais propõe ações ao STJ. Um porque não cumpre com suas obrigações, é processado, mas tem foro privilegiado. O outro não cumpre a lei, perde nas instâncias inferiores e tenta adiar seu cumprimento recorrendo até a última instância. No segundo lugar nas listas dos que mais sofrem e dos que mais processam vem o INSS.

Pode ocorrer que o crescimento econômico ocorra sem mudanças nessas práticas e mais no Código de Processo Civil e no Tributário. Mas certamente ficará prejudicado o desenvolvimento. E quanto crescimento poderia ocorrer a mais se esses problemas também entrassem na pauta de reformas do governo?

“1” Cabe aqui um esclarecimento: crescimento econômico é definido como o aumento do PIB per capita; já desenvolvimento econômico é a soma do crescimento com a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

DIA DO ECONOMISTA

Fábio Mayrinck fabiohenrique@ppge1.ppge.ufrgs.br

Comemoramos no dia 13 de Agosto o Dia do Economista, mas podemos perguntar: o que os Economistas tem para comemorar? Os Economistas são uma das classes de profissionais mais mal faladas pela população, seja pelo envolvimento em casos de corrupção, quando ocupam cargos públicos (ou lavagem de dinheiro, quando estão na iniciativa privada), seja pela “incompetência” das políticas econômicas públicas já implementadas no Brasil ou pelo reconhecido erro das mais diversas previsões econômicas já feitas pelos muitos Economistas, representantes dos mais diferentes ramos ideológicos e conceituais disponíveis da teoria Econômica.

Mas, afinal para que serve um Economista? O que a sociedade espera de um Economista? Uma resposta geral poderia ser a de que a sociedade espera que os Economistas sejam capazes de gerar soluções para os diferentes problemas econômicos que afligem os países. A população certamente espera que um Economista ocupe o ministério da Economia e adote uma política econômica que acabe com a inflação, com o desemprego e dê ao país um enorme índice de crescimento econômico. Esse ideal infelizmente todo Economista sabe que é algo “impossível”.

Porém, uma demanda geral da sociedade e, mais especificamente, do mercado de trabalho, sobre os Economistas, é sua contínua qualificação técnica e quantitativa, uma qualificação que dê ao profissional de Economia a capacidade de fazer justamente as suas tão erradas previsões econômicas. Um setor da economia onde os Economistas são demandados fortemente devido a essa qualificação, cada vez maior, é o setor financeiro. Prever preço e volatilidade em finanças é algo que atrai o interesse de todos, não só investidores do mercado financeiro.

Nesse sentido tivemos no ano passado a entrega do Prêmio Nobel de Economia para dois renomados Economistas, Engle e Granger, cuja contribuição foi justamente na área de modelagem e previsão econômica, principalmente com séries financeiras. A metodologia de previsão proposta pelos autores é amplamente aceita e de eficácia “reconhecida” no meio acadêmico. Porém, mesmo baseando-se em tal metodologia, os Economistas continuam a errar, e muito, em suas previsões.

Como conclusão e consolação em homenagem ao dia do Economista, digamos que, em poucas linhas, não são os economistas que são incapazes de analisar a realidade econômica na qual vivemos, mas na realidade é o mundo em que vivemos que é difícil de ser entendido, analisado e, principalmente, previsto.

A IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO AGRONEGÓCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.

Augusto Mussi Alvim alvim@unisc.br

A região do Vale do Rio Pardo é caracterizada pela importância do Agronegócio na economia regional e por sua capacidade competitiva e exportadora das cadeias produtivas que aqui estão localizadas, como por exemplo, a cadeia do fumo, de grãos, de carnes e de frutíferas. Contudo, como na maioria das regiões agrícolas do Brasil, existe uma carência de profissionais com formação na área de organização da produção e do mercado de produtos agroindustriais com uma visão sistêmica das cadeias produtivas e capacitados a delinear estratégias de produção. Estes conhecimentos permitem, por exemplo, analisar as tendências da demanda por produtos agroindustriais e dos efeitos das mudanças tecnológicas sobre a oferta desses produtos dentro dos sistemas agroindustriais.

A área de estudo sobre o agronegócio no Brasil é um tema relativamente novo, mas que vem evoluindo rapidamente nos últimos anos. Tradicionalmente, nos estudos sobre os mercados agrícolas, o foco da pesquisa e da educação era direcionado à área de economia rural, que centralizava seus esforços e atenções aos aspectos da produção e da comercialização. A partir desta visão, o agronegócio surge como uma nova área que tem como objetivo estudar, além dos aspectos relacionados à produção e à comercialização, uma análise mais aprofundada do comportamento do consumidor e das estratégias adotadas pelas empresas que compõem as cadeias agroindustriais.

Neste sentido, o Agronegócio vem incluindo uma agenda e um programa próprio para a pesquisa e a educação que tem conquistado espaço nas universidades, empresas, governo e agências internacionais. No entanto, ainda são necessários mais estudos para que os limites, os métodos e os produtos gerados sejam melhor definidos. Para isso, é necessário desenvolver e difundir conhecimentos relacionados com o gerenciamento de cadeias agroindustriais com o objetivo estratégico de fortalecer o papel das empresas e da região na coordenação das cadeias agroindustriais presentes. Para as empresas que atuam no agronegócio da região, esta geração e difusão de conhecimentos é essencial para que elas mantenham seu espaço e sua importância.

Assim, a capacitação e a formação de recursos humanos são fatores de estímulo para novos investimentos e o crescimento das empresas já instaladas na região, impulsionando o desenvolvimento econômico. Desta maneira, a Universidade de Santa Cruz do Sul vem oferecendo e criando novos cursos de graduação e especialização na área, de forma a estimular a capacitação de profissionais que atuem na análise, na gestão e na pesquisa das diversas faces do agronegócio.

Equipe Responsável

Nome	Email
Prof. Dr. Silvio Cezar Arend (editor)	silvio@unisc.br
Prof. Dr. André Carraro (sub editor)	acarraro@unisc.br
Prof. Ms. Heron Sérgio Moreira Begnis	heron@unisc.br
Prof. Dr. Augusto Mussi Alvim	alvim@unisc.br
Prof. Fábio Henrique Mayrinck	fabiohenrique@ppge1.ppge.ufrgs.br
Prof. Ms. Túlio Marques Júnior	marquesjr@ppge1.ppge.ufrgs.br
Igor Eduardo Petry (bolsista IC Fapergs)	igorpetry@bol.com.br